



CARGO: PROCURADOR JURÍDICO

- Verifique se este caderno de questões corresponde ao cargo ao qual você concorre, se ele contém 30 (trinta) questões de múltipla escolha com 5 (cinco) alternativas cada (A, B, C, D e E) e se possui a folha rascunho da prova de redação;
- Caso o caderno esteja incompleto, possua qualquer defeito ou apresente alguma divergência ao cargo ao qual você concorre, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores neste sentido;
- No momento da identificação, verifique o cartão resposta, a folha definitiva da prova de redação e se as informações relativas a você estão corretas. Caso haja algum dado a ser retificado, peça ao fiscal de sala corrigir em Ata;
- **Você dispõe de 4 (quatro) horas para realizar a prova objetiva e transcrever a folha de rascunho da prova de redação para a folha definitiva da prova de redação;**
- Na duração da prova, está incluso o tempo destinado à entrega do material de prova, ao preenchimento do cartão resposta e folha definitiva da prova de redação;
- Você deve deixar sobre a carteira apenas o documento de identificação e a caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
- **NÃO É PERMITIDO DURANTE A REALIZAÇÃO DA PROVA:** a) equipamentos eletrônicos como calculadoras, MP3, MP4, celular, tablet, notebook, gravador, máquina fotográfica ou qualquer aparelho similar; b) livros, anotações, dicionários, consultas ou qualquer outro material impresso que não esteja expressamente permitido; c) relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc;
- É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não seja permitido;
- Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização;
- Somente após decorrida 1 (uma) hora após início da prova você poderá se retirar da sala de aplicação de prova;
- **Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o caderno de prova, o cartão resposta devidamente assinado, a folha definitiva da prova de redação e deixe o local de prova. O candidato NÃO poderá levar consigo o caderno de questões e o rascunho da prova de redação, poderá levar somente a anotação de gabarito a ser destacada abaixo;**
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente caderno de prova, cartão resposta e folha definitiva da prova de redação poderá implicar na anulação da sua prova;
- Tenha calma para não prejudicar o seu desempenho e boa prova.

NOME COMPLETO:

[illegible]

01) A leitura é um hábito que amplia o conhecimento, desenvolve a imaginação e ajuda as pessoas a compreender melhor o mundo ao seu redor. Ler diariamente, mesmo que por pouco tempo, pode trazer benefícios para toda a vida.

Com base no texto, assinale a alternativa que apresenta a ideia central defendida pelo autor:

- (A) A leitura deve ser feita apenas por estudantes.
- (B) Ler diariamente traz benefícios para o desenvolvimento das pessoas.
- (C) A imaginação é mais importante do que o conhecimento.
- (D) O mundo só pode ser compreendido por quem lê muitos livros.
- (E) A leitura deve ocupar a maior parte do dia.

02) Assinale a alternativa em que todas as palavras estão escritas CORRETAMENTE, de acordo com a ortografia oficial da Língua Portuguesa:

- (A) Exceção – privilégio – pesquisa.
- (B) Excessão – privilégio – pesquisa.
- (C) Exceção – previlégio – pesquisa.
- (D) Excessão – previlégio – pesquisa.
- (E) Exceção – privilégio – pesquisa

03) Durante a reunião o diretor ouviu os servidores respondeu às dúvidas e apresentou as novas metas para o próximo semestre.

Considerando a norma-padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa que apresenta a pontuação CORRETA para o período apresentado:

- (A) Durante a reunião, o diretor ouviu os servidores, respondeu às dúvidas e apresentou as novas metas para o próximo semestre.
- (B) Durante a reunião o diretor, ouviu os servidores respondeu às dúvidas, e apresentou as novas metas para o próximo semestre.
- (C) Durante a reunião o diretor ouviu os servidores respondeu, às dúvidas e apresentou as novas metas para o próximo semestre.
- (D) Durante a reunião: o diretor ouviu os servidores respondeu às dúvidas e apresentou as novas metas para o próximo semestre.
- (E) Durante a reunião o diretor ouviu, os servidores respondeu às dúvidas e apresentou as novas metas para o próximo semestre.

04) Muitas pessoas afirmam que a coleta seletiva exige tempo e não produz resultados. No entanto, cidades que investiram em programas de reciclagem reduziram a quantidade de lixo enviada aos aterros e aumentaram o reaproveitamento de materiais. Esses resultados demonstram que pequenas mudanças de hábito podem gerar benefícios para toda a comunidade.

Analise o texto acima e com base nele, assinale a alternativa que identifica CORRETAMENTE o principal argumento utilizado pelo autor para defender seu ponto de vista:

- (A) A opinião de pessoas que não concordam com a coleta seletiva.
- (B) A apresentação de resultados concretos obtidos por cidades que adotaram programas de reciclagem.
- (C) A descrição de como funciona o processo de reciclagem.
- (D) A comparação entre cidades grandes e pequenas.
- (E) O uso de linguagem emocional para convencer o leitor.

05) Assinale a alternativa em que o uso da crase está CORRETO, de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa:

- (A) O candidato entregou os documentos à prazo.
- (B) A reunião será realizada às oito horas.
- (C) A professora explicou o conteúdo à todos os alunos.
- (D) Os participantes foram à pé até o local da prova.
- (E) O servidor ficou frente à frente com o diretor.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

06) Uma das formas comuns de fazer concreto é a 1:2:3 (1 parte de cimento, 2 partes de areia e 3 partes de pedra brita). Considerando que foi utilizada 20 partes de areia para preparar uma quantidade de concreto, quantas partes de pedra brita devem ser colocadas utilizando a proporção acima mencionada?

- (A) 15.
- (B) 18.
- (C) 24.
- (D) 27.
- (E) 30.

07) Em um congresso sobre a saúde da mulher, as idades de todas as participantes foram coletadas e organizadas na tabela seguinte:

IDADE EM ANOS	PARTICIPANTES
20 /--- 25	40
25 /--- 30	46
30 /--- 35	54
35 /--- 40	28
40 /--- 45	32

Com base nos dados da tabela a média de idade das participantes é igual a:

- (A) 30,50 anos.
- (B) 31,65 anos.
- (C) 32,25 anos.
- (D) 33,45 anos.
- (E) 34,55 anos.

08) A prefeitura de Olinda após notificar os proprietários de terrenos sobre a responsabilidade de deixar os mesmos limpos, agora aplica multas para aqueles que descumprem esta solicitação, e o valor da multa é proporcional ao tamanho do terreno, sendo de R\$ 4,75 o valor cobrado por metro quadrado do terreno. Se um proprietário de um imóvel não cumpriu a notificação e possui um terreno retangular de 25 x 20 metros, vai pagar uma multa no valor de:

- (A) R\$ 2.375,00.
- (B) R\$ 1.950,00.
- (C) R\$ 2.075,00.
- (D) R\$ 1.985,00.
- (E) R\$ 2.525,00.

09) O responsável pelo setor de compras de uma repartição pública verificou que ocorreram dois aumentos sucessivos em um determinado item que compra de forma recorrente. O primeiro aumento foi de 3% e o segundo de 5%. Se antes dos aumentos ele comprava este item por R\$ 20,00, o valor pago agora é de:

- (A) R\$ 20,80.
- (B) R\$ 20,96.
- (C) R\$ 21,27.
- (D) R\$ 21,63.
- (E) R\$ 22,03.

10) Um ônibus utilizado no transporte escolar de um município do interior do Paraná percorre 4,25 km com um litro de óleo diesel. Se no tanque de combustível desde ônibus tem 86 litros de combustível, a quantidade de quilômetros que pode percorrer é igual a:

- (A) 355,6 km.
- (B) 358,4 km.
- (C) 360,5 km.
- (D) 365,5 km.
- (E) 372,6 km.

CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES

11) Diante da pressão do turismo de massa sobre o seu centro histórico, uma cidade italiana passou a cobrar, em abril de 2024, uma taxa de acesso dos turistas que a visitam apenas durante o dia e vão embora sem dormir nela. A prefeitura apresentou a medida como forma de desestimular as visitas de um único dia em locais muito procurados, como por exemplo a Basílica de São Marcos, a Ponte dos Suspiros ou os passeios nas gôndolas. Qual das alternativas abaixo se refere a essa cidade?

- (A) Praga.
- (B) Florença.
- (C) Milão.
- (D) Veneza.
- (E) Madri.

12) A Lei do Combustível do Futuro, sancionada em outubro de 2024, reuniu em um único marco os programas brasileiros de biocombustíveis e ampliou as faixas permitidas para a mistura obrigatória de renováveis à gasolina e ao diesel. Cada rota tem matéria-prima e destinação próprias. Analise as assertivas, marque V para VERDADEIRO ou F para FALSO e assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () O etanol anidro adicionado à gasolina brasileira vem sobretudo da cana-de-açúcar, embora o etanol obtido do milho venha ganhando espaço na produção nacional.
- () O combustível sustentável de aviação já substituiu integralmente o querosene fóssil em todos os voos comerciais realizados no país, que passaram a usar apenas renováveis.
- () O biodiesel misturado ao diesel vendido no Brasil tem no óleo de soja sua principal matéria-prima, com participação também das gorduras de origem animal.
- () O biometano resulta da purificação do biogás gerado por resíduos orgânicos e pode substituir o gás natural em aplicações industriais, veiculares e residenciais.

- (A) F-F-V-V.
- (B) V-F-V-F.
- (C) V-V-F-V.
- (D) F-V-F-F.
- (E) V-F-V-V.

13) Em 7 de julho de 2026 morreu, em São Paulo, aos 95 anos, um dos autores mais conhecidos da teledramaturgia brasileira, identificado com as sagas ambientadas no meio rural. Assinou, entre outras novelas, Pantanal, Renascer, O Rei do Gado e Terra Nostra. Duas dessas histórias voltaram ao ar em novas versões exibidas pela TV Globo, adaptadas por seu neto, o roteirista Bruno Luperi. Qual das alternativas abaixo se refere a esse autor?

- (A) Aguinaldo Silva.
- (B) Manoel Carlos.
- (C) Benedito Ruy Barbosa.
- (D) Silvio de Abreu.
- (E) Walcyr Carrasco.

14) A Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná (AMCESPAR), com sede em Irati, reúne prefeituras que atuam em conjunto em pautas de infraestrutura, planejamento e desenvolvimento regional. Considerando os municípios que integram essa associação atualmente, analise as assertivas e assinale a alternativa CORRETA:

I - Prudentópolis.

II - Rebouças.

III - Mallet.

IV - União da Vitória.

- (A) Apenas I, II e III.
- (B) Apenas I, II e IV.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

15) Preencha as lacunas com a alternativa CORRETA:

A edição de 2026 dos Jogos Olímpicos de Inverno foi disputada entre 6 e 22 de fevereiro, com parte das provas realizada em estações de montanha dos Alpes, e teve como país-sede a _____. Nessa edição, o Brasil subiu ao pódio pela primeira vez em toda a sua história nos Jogos Olímpicos de Inverno, na modalidade _____, com a medalha de ouro conquistada por _____. A conquista representou o primeiro título olímpico do país em esportes de neve e gelo.

- (A) França/esqui alpino/Nicole Rocha Silveira.
- (B) Itália/esqui alpino/Lucas Pinheiro Braathen.
- (C) Áustria/snowboard/Zion Jacques Bethonico.
- (D) Itália/patinação artística/Isabel Clark Ribeiro.
- (E) Suíça/bobsled/Edson Luques Bindilatti.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16) Sobre a sede e a composição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos de sua Lei Orgânica (Lei Complementar nº 113/2005), assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem sede na Capital e jurisdição sobre todo o território do Estado, sendo composto por 7 (sete) Conselheiros.
- (B) O Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem sede na Capital, mas sua jurisdição limita-se aos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba.
- (C) O Tribunal de Contas do Estado do Paraná é composto por 11 (onze) Conselheiros, nomeados exclusivamente pela Assembleia Legislativa.
- (D) O Tribunal de Contas do Estado do Paraná é composto por 5 (cinco) Conselheiros e 5 (cinco) Conselheiros Substitutos, todos nomeados pelo Presidente do Tribunal.
- (E) Os Conselheiros Substitutos do Tribunal de Contas, em número de três, são nomeados independentemente de concurso público, por livre escolha do Governador do Estado.

17) Sobre o regime jurídico dos bens públicos do município de Imbituva, disciplinado na Lei Orgânica Municipal, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A alienação de bens imóveis municipais dependerá, em qualquer hipótese, de autorização legislativa e de concorrência, não se admitindo a dispensa do certame licitatório ainda que se trate de doação, doação em pagamento, permuta ou investidura.
- (B) A concessão administrativa de bens públicos municipais de uso comum poderá ser outorgada para quaisquer finalidades de interesse público, desde que precedida de autorização legislativa e de concorrência.
- (C) A autorização de uso de bem público municipal, incidente sobre qualquer bem, será feita por portaria, para atividade ou uso específico e transitório, pelo prazo máximo de sessenta dias, improrrogável.
- (D) A permissão de uso, incidente sobre qualquer bem público municipal, será outorgada por prazo indeterminado, mediante lei e concorrência pública, dada a sua natureza de ato definitivo.
- (E) A alienação de bens móveis de valor igual ou superior a 50 (cinquenta) VR (valor de referência) independe de autorização legislativa, bastando, para tanto, a prévia realização de licitação.

18) Acerca do processo legislativo de emenda à Lei Orgânica do Município de Imbituva, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A proposta de emenda à Lei Orgânica será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver, em ambas as votações, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- (B) A iniciativa popular de proposta de emenda à Lei Orgânica exige subscrição de, no mínimo, quinze por cento do eleitorado municipal.
- (C) Aprovada a proposta, a emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo Prefeito Municipal, com o respectivo número de ordem, cabendo-lhe determinar sua publicação.
- (D) A Lei Orgânica poderá ser emendada a qualquer tempo, inclusive na vigência de intervenção estadual no Município, de estado de defesa ou de estado de sítio, dada a supremacia do poder constituinte derivado municipal.
- (E) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, desde que subscrita por um terço dos membros da Câmara.

19) Acerca do regime disciplinar e das penalidades previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Imbituva (Lei nº 948/99), assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A pena de suspensão poderá exceder o prazo de noventa dias quando se tratar de falta grave reincidente, hipótese em que competirá exclusivamente ao chefe da repartição a sua aplicação.
- (B) Considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, sem justa causa, por mais de quinze dias consecutivos, sujeitando o servidor à pena de destituição de função.
- (C) A falta sujeita à pena de demissão prescreve em dois anos, ao passo que a falta sujeita à pena de suspensão prescreve em quatro anos.
- (D) A pena de suspensão, quando conveniente ao serviço, poderá ser convertida em multa na base de vinte e cinco por cento por dia de vencimento, ficando o servidor dispensado de permanecer em serviço durante o período.
- (E) A revisão do processo administrativo de que resultou pena disciplinar poderá ser requerida a qualquer tempo, quando se aduzam fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do requerente, não constituindo fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade.

20) Sobre o regime de licenças dos servidores públicos municipais, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Imbituva (Lei nº 948/99), assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A licença para tratamento de saúde somente poderá ser concedida a pedido do servidor, sendo vedada a sua concessão de ofício ("ex officio") pela Administração.
- (B) A licença para repouso à gestante será concedida, mediante inspeção médica, por 120 (cento e vinte) dias, a partir, salvo prescrição médica em contrário, do início do oitavo mês de gestação.
- (C) A licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida por período de sessenta dias, com remuneração integral do servidor.
- (D) A licença-paternidade, por motivo de nascimento de filho, será concedida pelo prazo de 15 (quinze) dias, com vencimento ou remuneração.
- (E) O servidor poderá permanecer em licença por prazo superior a vinte e quatro meses em qualquer hipótese, independentemente da natureza da licença concedida.

21) À luz das disposições da Lei de Improbidade Administrativa, analise as afirmativas a seguir e assinale a CORRETA:

- (A) Os atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário podem ser punidos tanto a título de dolo quanto de culpa, bastando, nesta última hipótese, a demonstração da conduta negligente do agente público.
- (B) As ações de improbidade administrativa propostas contra prefeitos municipais submetem-se a foro por prerrogativa de função, competindo originariamente ao Tribunal de Justiça o seu processamento e julgamento.
- (C) A representação dirigida à autoridade administrativa para instauração de investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade poderá ser anônima, dispensadas a qualificação do representante e a indicação das provas de que tenha conhecimento.
- (D) A ação por improbidade administrativa possui natureza penal, sujeitando-se ao rito do Código de Processo Penal e sendo processada e julgada perante a Justiça Criminal.
- (E) A configuração de ato de improbidade administrativa exige, em qualquer de suas modalidades, a presença do elemento subjetivo dolo, não se admitindo a responsabilização a título de culpa.

22) Sobre o instituto da retrocessão no âmbito da desapropriação, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A retrocessão pressupõe a tredestinação ilícita, não se caracterizando o direito quando a Administração confere ao bem destinação diversa da inicialmente prevista, mas ainda voltada ao interesse público.
- (B) A retrocessão é cabível sempre que a Administração deixar de dar ao bem a exata destinação especificada no ato expropriatório, ainda que a ele atribua outra finalidade de interesse público.
- (C) A retrocessão somente incide nas desapropriações por utilidade pública, não alcançando as hipóteses de desapropriação por necessidade pública ou por interesse social.
- (D) Configurada a ausência de destinação pública do bem desapropriado, o particular tem direito exclusivamente à restituição do próprio bem (in natura), sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, postular perdas e danos.
- (E) O direito de retrocessão é personalíssimo e intransmissível, extinguindo-se com a morte do expropriado, razão pela qual não pode ser exercido por seus herdeiros ou sucessores.

23) Acerca do controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) O controle difuso de constitucionalidade é exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal, sendo vedado aos juízes de primeiro grau reconhecer a inconstitucionalidade de lei no caso concreto.
- (B) No controle difuso, qualquer juiz ou tribunal pode reconhecer, incidentalmente, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo no julgamento de um caso concreto.
- (C) A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) pode ser proposta por qualquer cidadão que se sinta prejudicado por lei ou ato normativo considerado inconstitucional.
- (D) O controle concentrado de constitucionalidade das leis estaduais e municipais em face da Constituição Federal compete originariamente aos Tribunais de Justiça dos Estados.
- (E) No Brasil, vigora exclusivamente o modelo de controle concentrado de constitucionalidade, inexistindo a possibilidade de controle exercido de forma difusa.

24) A respeito dos limites de gastos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A despesa total com pessoal do Município não poderá exceder 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida.
- (B) A Lei de Responsabilidade Fiscal aplica-se exclusivamente à União e aos Estados, não alcançando os Municípios.
- (C) É permitido ao Município, nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do Prefeito, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do mandato.
- (D) A despesa total com pessoal do Município não poderá exceder o limite de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida.
- (E) A renúncia de receita, como a concessão de isenções fiscais, independe de qualquer estimativa de impacto orçamentário-financeiro, podendo ser realizada livremente pelo Município.

25) À luz das disposições do Código Civil acerca dos direitos da personalidade, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Os direitos da personalidade são absolutamente indisponíveis, de modo que o seu exercício não pode sofrer qualquer limitação voluntária, ainda que em caráter relativo e temporário.
- (B) O ato de disposição do próprio corpo é sempre vedado quando importar diminuição permanente da integridade física, não se admitindo exceção sequer por exigência médica ou para fins de transplante regidos por lei especial.
- (C) Salvo se autorizada em vida, é vedada a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, com objetivo científico ou altruístico, ainda que o ato de disposição possa ser revogado a qualquer tempo.
- (D) Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer as medidas de proteção contra a lesão a direito da personalidade o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.
- (E) A pessoa jurídica, por lhe faltar substrato biológico, não é titular de qualquer proteção decorrente dos direitos da personalidade, não se lhe aplicando, em nenhuma hipótese, as regras a estes pertinentes.

26) Acerca dos honorários advocatícios sucumbenciais, disciplinados no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Os honorários advocatícios pertencem ao vencedor da demanda, cabendo à parte, e não ao advogado, executá-los, dado o seu caráter meramente reembolsatório das despesas processuais suportadas no curso do processo.
- (B) É lícita a compensação dos honorários advocatícios na hipótese de sucumbência recíproca, devendo o juiz, nesse caso, promover o encontro de contas entre os valores devidos por cada parte a seu respectivo patrono.
- (C) Nas causas em que for vencida a Fazenda Pública, os honorários serão fixados livremente pelo juiz entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, independentemente do montante envolvido.
- (D) Quando o proveito econômico for inestimável ou irrisório, os honorários serão fixados por apreciação equitativa do juiz, observados os critérios legais relativos ao grau de zelo do profissional, ao lugar da prestação do serviço, à natureza e à importância da causa e ao trabalho e tempo exigidos.
- (E) É vedada a fixação de honorários advocatícios em favor do advogado público, ainda que atue em juízo em nome do respectivo ente federativo, por incompatibilidade com o regime remuneratório de subsídio.

27) Acerca da sentença e de seus elementos, requisitos e efeitos, na forma disciplinada pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la para corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo, sendo-lhe vedado modificá-la por meio do julgamento de embargos de declaração.
- (B) Considera-se ultra petita a sentença que deixa de apreciar pedido expressamente formulado pela parte, ao passo que se reputa citra petita aquela que condena o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- (C) Se, após a propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.
- (D) A decisão que julga improcedente o pedido, por reconhecer a prescrição ou a decadência, não resolve o mérito da causa, constituindo hipótese de extinção do processo sem resolução meritória.
- (E) É admitida, como regra geral no processo civil, a prolação de sentença condenatória genérica e condicional, ficando a existência do direito subordinada a evento futuro e incerto a ser apurado em fase de liquidação.

28) Sobre a Convenção Coletiva de Trabalho e o Acordo Coletivo de Trabalho, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo pelo qual uma ou mais empresas estipulam, com o sindicato representativo da respectiva categoria profissional, condições de trabalho aplicáveis no âmbito das empresas acordantes.
- (B) As Convenções e os Acordos Coletivos de Trabalho não poderão ser celebrados por prazo de vigência superior a 2 (dois) anos, sendo vedada a ultratividade.
- (C) Havendo conflito entre a Convenção Coletiva e o Acordo Coletivo de Trabalho, prevalecerá sempre a Convenção Coletiva, por abranger toda a categoria e possuir maior amplitude subjetiva.
- (D) É vedado aos sindicatos convenientes ou partes acordantes deliberarem em assembleia geral sobre prorrogação de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho.
- (E) A entrada em vigor da Convenção ou do Acordo Coletivo depende de homologação prévia da Justiça do Trabalho, sem a qual o instrumento não produz efeitos entre as partes signatárias.

29) Acerca dos Embargos à Execução no processo do trabalho, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Garantida a execução ou penhorados os bens, o executado terá o prazo de 8 (oito) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- (B) Os embargos à execução constituem meio de defesa de cognição ampla e irrestrita, podendo o executado alegar qualquer matéria de defesa, ainda que não relacionada à execução, tal como se se tratasse de nova contestação da fase de conhecimento.
- (C) Nos embargos à execução, a matéria de defesa fica restrita às hipóteses de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.
- (D) A exigência de garantia ou penhora não se aplica às entidades filantrópicas e a seus diretores, mas incide integralmente sobre a Fazenda Pública, que deverá garantir previamente o juízo para opor embargos à execução.
- (E) É vedada a produção de prova testemunhal nos embargos a execução.

30) Acerca das imunidades tributárias, nos termos da Constituição Federal e do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As imunidades tributárias alcançam todas as espécies de tributos e todos os entes federativos, sendo instituídas por meio de lei complementar de caráter nacional.
- (B) A imunidade tributária recíproca autoriza que os entes federativos cobrem impostos, taxas e contribuições uns dos outros, desde que haja reciprocidade no tratamento.
- (C) A imunidade dos templos de qualquer culto abrange somente o imóvel em que realizado o culto religioso, não se estendendo ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados às finalidades essenciais da entidade religiosa.
- (D) A imunidade conferida aos partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores e instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos independe do cumprimento de quaisquer requisitos legais, por decorrer diretamente da Constituição.
- (E) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

FOLHA RASCUNHO DA PROVA DISSERTATIVA - REDAÇÃO

O conteúdo exigido na prova de redação será estritamente relacionado aos conhecimentos específicos e à área de atuação do cargo/especialidade escolhido pelo candidato no momento da inscrição;

A prova de redação, de caráter eliminatório e classificatório, valerá o total de 100,00 (cem) pontos e consistirá em desenvolver um texto dissertativo-argumentativo;

Não serão permitidas consultas em nenhum tipo de material e o candidato não poderá levar consigo o caderno da prova de redação;

A prova de redação deverá ser feita à mão pelo próprio candidato em letra legível, a fim de não prejudicar o desempenho do candidato quando da correção pela banca examinadora, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas;

A versão definitiva da prova de redação não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará na anulação da prova;

A folha da versão definitiva será o único documento válido para a avaliação da prova de redação. O rascunho, no caderno da prova de redação, será de preenchimento facultativo e não valerá para a finalidade de avaliação;

A omissão de dados que forem exigidos ou necessários para a correta solução da prova de redação acarretará em descontos na pontuação atribuída ao candidato;

O candidato terá sua prova de redação avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b) manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar a folha da versão definitiva ou entregá-la em branco;
- f) apresentar identificação em local indevido de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

ENUNCIADO:

“Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; esse direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto em público ou em particular.”

(Art. 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Com base no texto apresentado, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema “Religião e espaço público: a tensão entre a laicidade do Estado e a liberdade religiosa na atuação das instituições públicas”, abordando os seguintes aspectos: O conteúdo jurídico da laicidade no ordenamento brasileiro e a distinção entre Estado laico e Estado laicista; A liberdade de crença e de culto como direito fundamental e os limites impostos pela impessoalidade e pela neutralidade estatal à manifestação religiosa no espaço público institucional; Os critérios de ponderação que devem orientar o parecer da Procuradoria da Câmara Municipal diante de casos concretos de colisão entre esses valores e os posicionamento sobre a possibilidade ou não de conciliação entre a laicidade estatal e as manifestações religiosas no ambiente do Poder Legislativo municipal.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	